



**WEBINÁRIOS DA ABC | O MUNDO A PARTIR DO CORONAVÍRUS, ED. 4
PANDEMIA E DESINFORMAÇÃO
28 DE ABRIL**

PERGUNTAS DOS INTERNAUTAS (não respondidas no evento)

- 1) **Thaiane Oliveira**: Mas por que entregar a regulação para essas plataformas que foram fundamentais para a visibilidade de teorias conspiratórias e fatos alternativos? É fato que precisamos de regulação, mas ela não tem que vir das plataformas. Precisamos de órgãos externos, independentes, que exija transparência dessas plataformas. O que acha, Virgílio?

Virgílio Almeida: Pois é, esse é um debate existente em vários países, ainda sem soluções satisfatórias. Quem deve regular as plataformas tecnológicas? Ou deve-se deixar a processos de auto regulação. Os dois lados dessa questão têm problemas. A regulação por parte de governos pode interferir na liberdade de expressão, pode intervir em favor de políticas de governo e não de estado. Por outro lado, as plataformas são de empresas privadas (embora as plataformas sejam vistas quase como infraestrutura pública) que tem objetivos comerciais de curto prazo. Podem favorecer grupos de interesse e até a governos em detrimento do bem comum. Aspectos como transparência, responsabilização e interesse público devem ser levados em conta nessas discussões.

- 2) **Carlo Oliveira**: Nos últimos dias foi possível verificar nos grandes jornais que várias empresas médias e grandes doaram valores na casa de bilhões para combate a COVID-19. É natural que desses valores, praticamente nada tenha sido direcionado para pesquisa? Onde está a visão de médio prazo dos empresários/empresas no combate a pandemia? (Só pra constar, sei que as ações diretas de combate, para onde o dinheiro foi direcionado, são cruciais...)

Virgílio Almeida: Eu não tenho informação sobre como as empresas estão aplicando essas doações, nem quais os destinatários das doações. Como cidadão, sei apenas o que vejo no noticiário.

- 3) **Talysson Felipe**: Boa tarde, gostaria de saber se algum dos ilustres palestrantes tem ciência do Projeto de Lei 1429/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, cujo principal objetivo é combater a desinformação no Brasil? Caso tenham ciência, qual seria sua opinião sobre?

Virgílio Almeida: Não tenho conhecimento sobre o PL mencionado.

Eduardo Rios: Confesso que essa não é uma área em que eu tenha trabalhado, e devo esclarecer que o sítio do IBGE é um exemplo de transparência, responsabilidade e perspectiva científica. Ainda agora, o sítio lançou uma área completamente voltada para tratar de estatísticas relacionadas à covid-19, tendo o cuidado de classificar

algumas estatísticas como experimentais, para que as mesmas fossem publicadas com maior celeridade e antes de completa validação (<https://covid19.ibge.gov.br/>).

- 4) **Santos Santos:** Como restaurar a confiança das pessoas na informação veiculada pela imprensa se a própria imprensa decide sobre informar ou desinformar conforme o tema e seus interesses privados? Em particular, quando o assunto é ciência, a apresentação de fatos como opiniões ou versões é quase um cânone da imprensa nacional. Ciência e esoterismo ocupam espaços semelhantes e, muitas vezes, o mesmo bloco de programas de alcance nacional.

Eduardo Rios: Esta pergunta não se dirigia especificamente a mim, mas, particularmente, sou a favor de que a imprensa separe os fatos objetivos e os resultados científicos das opiniões, posições políticas e ideologias, embora reconheça que, quase sempre, este ideal não seja atingido.

- 5) **José Renato:** Como o IBGE pretende se planejar após a suspensão da MP 954 pelo STF, de coleta de dados de empresas de telecomunicações? Poderia comentar sobre quais estratégias de segurança da informação e proteção de dados estão no horizonte de futuras normas, já que houve grande resistência à MP?

Eduardo Rios: O IBGE é o guardião do sigilo estatístico e coordenador do Sistema Estatístico Nacional (criado pela Lei 6183 de 1974). A decisão do STF já está sendo acatada, sendo apenas uma decisão sobre pedido de liminar referente à MP 954. A referida decisão não afeta a operação cotidiana do IBGE, e a MP visava tempestividade com a coleta de dados mediante distanciamento social. De qualquer forma, os votos demonstram a importância do IBGE se posicionar, no futuro, diante da Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD) e da Lei de Acesso à Informação (LAI), conquanto haja muita confusão sobre o que venha a ser o sigilo estatístico, protegido pelo IBGE. Além disso, o IBGE subscreve os dez princípios fundamentais das estatísticas oficiais, produzido pelas Nações Unidas em 1994. Oportunamente, e num contexto menos politizado, o papel de produção de dados do IBGE será reconhecido como essencial para a nação, ainda mais em um contexto de pandemia.

- 6) **Andrea Quintiere:** Essas pesquisas por telefone seguem os mesmos parâmetros das presenciais, especialmente em relação ao universo pesquisado? Será possível, por exemplo, comparar os resultados? Como tem sido a aceitação das pesquisas por telefone?

Eduardo Rios: Até o início da pandemia o IBGE não era familiarizado com pesquisas domiciliares por telefone, nossa experiência com pesquisas por telefone era voltada para as chamadas pesquisas econômicas, que buscavam informações para empresas. Com o advento do distanciamento social, a PNAD Contínua, principal pesquisa domiciliar do IBGE, passou a ser coletada por telefone. Trata-se de um questionário longo, que gera dificuldade para a coleta telefônica; por outro lado, a pesquisa é fundamental para gerar estatísticas nacionais como o PIB trimestral, os indicadores de ocupação, o rendimento familiar e os índices de preço. O esforço da direção do IBGE na obtenção de dados por telefone visava precisamente a continuidade dessa pesquisa. Obviamente, a cobertura das entrevistas realizadas na amostra diminui com

a passagem de presencial para telefônica. As estatísticas agregadas nacionais do mês de março foram geradas, mesmo tendo duas semanas de coleta presencial e duas por telefone, sendo que até mesmo os chamados micro dados foram disponibilizados. A coleta do mês de abril foi concluída, com as quatro semanas de coleta realizadas por telefone, e tudo indica que os principais indicadores serão divulgados. É importante dizer que não existe uma fórmula mágica nessa área, apenas após a coleta a qualidade dos dados é investigada, e eles só são divulgados se forem aprovados no controle de qualidade. Por isso mesmo, a cada mês tornam-se necessários novos telefones para a reposição da amostra, sendo que o IBGE tem envidado todos os esforços para obtê-los, a despeito dos óbices encontrados nos métodos de obtenção. Cada mês de pandemia é uma batalha, e cada publicação de estatísticas uma vitória da ciência sobre o obscurantismo. A publicação dos resultados da PNAD Contínua é garantia de um patamar mínimo de comparabilidade. A Pesquisa PNAD COVID foi uma nova pesquisa domiciliar, criada para gerar informações sobre sintomas correlacionados à covid-19 e, ao mesmo tempo, gerar indicadores alternativos à PNAD Contínua, com maior tempestividade (resultados semanais) e para servir de alternativa a eventuais interrupções na PNAD-C. A amostra da PNAD COVID19 é composta por domicílios entrevistados pela PNAD-C no primeiro trimestre de 2019, portanto, que não mais fazem parte da amostra da PNAD-C. É uma pesquisa menor e desenhada para ser realizada por telefone. A aceitação da pesquisa tem sido maior do que aquela obtida pelas pesquisas tradicionais por telefone, e os resultados passarão a ser divulgados em breve.

- 7) **Suzana Cavenaghi: Como o IBGE tem respondido ao público para esclarecer sobre desinformações veiculadas sobre a atuação do Instituto como, por exemplo, que a MP 954 era para o Governo obter informações sigilosas dos usuários? Ou colocando em dúvida a intenção do IBGE com o uso da informação sobre o cadastro de telefones?**

Eduardo Rios: O momento atual tem demandado um esforço hercúleo, por parte do IBGE, visando a tempestividade e produção de dados durante a pandemia. Como discutido anteriormente, o episódio da MP 954 e a liminar no STF demonstrou como as pessoas desconhecem o papel do IBGE e a própria natureza do sigilo estatístico, nossa pedra angular. Por outro lado, o episódio demonstrou uma alta politização do debate, tudo que um instituto científico como o IBGE deve evitar. Oportunamente, o IBGE deverá articular uma ofensiva de comunicação e mesmo articulação, em defesa do sistema estatístico nacional.

- 8) **Wellington César Med**: Eduardo, o levantamento real do PIB nacional pode ser afetado em virtude do distanciamento? E como impactará nos dados econômicos?

Eduardo Rios: Wellington, a PNAD Contínua é importante fonte para o cálculo do PIB nacional, uma medida fundamental para guiar a economia brasileira, essa é uma das razões para os esforços envidados para não deixar interrupção na mesma. Outros dados econômicos têm sido coletados com perdas menores, tanto nas pesquisas econômicas conjunturais (mensais) quanto nas estruturais (anuais).

- 9) **Ana Luiza Barcelos de Brito:** Como as pesquisas do IBGE, no momento de pandemia e distanciamento social, tem buscado chegar a pessoas em situação de pobreza, sem meios para realização dessa comunicação e coleta de dados da vivência da população?

Eduardo Rios: Aparentemente a pesquisa telefônica afeta os segmentos mais pobres, muito embora os dados da TIC confirmam que a telefonia celular hoje é quase universal. Há dois tipos de saída para este desafio. O primeiro é amostral, como as pesquisas têm utilizado uma base pré-existente, então o cálculo dos fatores de expansão leva em conta essa maior seletividade e risco de omissão dos segmentos mais pobres. O segundo ocorre na seletividade dos telefones rurais, onde é mais difícil obter os números, o recurso aos cadastros do Censo Agro de 2018, aos sindicatos rurais dos municípios e às secretarias municipais de saúde têm ajudado na melhoria da cobertura destes números.

- 10) **Graciele Oliveira:** A ciência “ser boa” é o bastante? Será que o ideal não seria as pessoas entenderem como a ciência é feita? **(sem resposta)**

- 11) **Graciele Oliveira:** Quando se fala de um maior engajamento, é sobre transformação na sociedade ou na forma de informar pela mídia? Será que não é uma iniciativa mais ampla? **(sem resposta)**